

# Expediente

## *Identidade!*

Boletim do Grupo de Negr@s da EST/IECLB

Vol. 08, julho-dezembro /2005

Apoio: Federação Luterana Mundial – FLM

Periodicidade: Semestral

Tiragem: 2.000 exemplares

Revisão: Luís M. Sander

Diagramação e impressão: Con-Texto Gráfica e Editora

Capa: Valdemar Schultz

Coordenação geral: Selenir C. Gonçalves Kronbauer

Responsável por este número: Pedro Acosta Leyva

Endereço para contato: Boletim Identidade

Escola Superior de Teologia

Caixa Postal 14 – CEP 93001-970 – São Leopoldo – RS

E-mail: [identidade@est.com.br](mailto:identidade@est.com.br) – Sites: [www.est.com.br](http://www.est.com.br)

**Obs.:** São de total responsabilidade dos autores os textos por eles escritos.



IECLB



Escola  
Superior de  
Teologia  
[www.est.com.br](http://www.est.com.br)



Fundação Luterana de Diáconia

**Aceita-se permuta :: Exchange is requested :: Wir bitten um Austausch :: Pídesse canje**

## Editorial

O Grupo Identidade, que se propõe ser um referencial na pesquisa, produzindo materiais que estimulem a Igreja e a Comunidade a refletir sobre a questão da Negritude, faz chegar às suas mãos mais um Boletim *Identidade!*.

O Boletim 8 quer dar seqüência aos estudos que iniciamos no boletim anterior, cuja temática nos levou a reflexões sobre alguns aspectos da história da África. Com essa publicação, os leitores têm em mãos uma produção cuja temática que nos remete a refletir

sobre alguns aspectos e vultos que protagonizaram a história dos afro-descendentes na América Latina.

Esperamos que os textos que seguem possam estimular os leitores, a estabelecerem relações numa perspectiva interdisciplinar e histórica, possibilitando a continuidade das pesquisas nesta área.

*Profa. Ms.*

*Selenir C. Gonçalves Kronbauer  
Coord. do Grupo Identidade  
da EST*

# Apresentação

---

*Escuto um homem dizer com sotaque parecido “block” (bloquear) ou “black” (negro) para significar bloquear, mas negro é sempre negro. Você não pode entrar. Sabe o que eu quero dizer... bloquear você. Você é negro. Não está bloqueado. Significa que é um negro.*  
(Bob Marley)

---

Com estas palavras de Bob Marley, o rei do reggae, abrimos nosso boletim para expressar e explicar que, nós, os afro-descendentes, ainda que percorrendo um longo sofrimento, não estamos inteiramente bloqueados. Muitos caminhos sociais, econômicos, políticos e outros do povo negro têm sido bloqueados. Mas de nossos sonhos, esperança e fome de justiça ninguém poderá nos privar. É com esta idéia que apresentamos neste número uma síntese da histórica luta pela vida dos negros e negras nas Américas. Nossa proposta é coletar relatos das façanhas e agonias experimentadas pela gente negra como coluna do **panafricanismo** herdado de Marcus Garvey, Du Bois, Aime Cesairé, Léopold Sedar Senghor e outras personalidades, que, com suas vidas comprometidas e dedica-

das, nos ensinaram a desbloquear tudo o que impeça a vida digna.

Começaremos com o artigo de Ezequiel de Souza e Hênio Santos de Almeida fazendo uma retrospectiva geral pela história do povo negro no Brasil. Dircenara dos Santos Sanger e Vera Neusa Lopes propõem olhar a história afro-brasileira através do grande herói negro *João Cândido*. O afro-venezuelano Romer Portillo proporciona critérios historiográficos e relata a ativa participação das pessoas negras na libertação da Venezuela. Pedro Acosta Leyva nos oferece um olhar histórico-teórico da presença negra nas Américas. Deixamos com você boa leitura e estamos abertos a receber seus comentários!

P. Ms. Pedro Acosta Leyva  
Responsável Editorial

---

*Alienar é dar ou vender; mas o homem que se faz escravo de outro não se dá, vende-se, ao menos para subsistir; e por que se vende um povo? (Jean-Jacques Rousseau)*

---

### **A escravidão na Antigüidade**

O trabalho escravo é caracterizado pela alienação do ser de alguém, o escravo, em favor de outrem, o senhor. Na Antigüidade, havia várias maneiras de tornar alguém escravo: por dívida, por saque, por guerra ou a fim de construir alguma obra pública. Havia, no entanto, diferença entre a escravidão contínua e a escravidão ocasional. No Egito e na Mesopotâmia, o trabalho escravo era ocasional. Os próprios cidadãos eram “convocados” a servir na construção de templos, barragens ou outras obras públicas. Como a economia destes povos não dependia do trabalho escravo, os historiadores convencionaram chamar esta modalidade de escravidão de “modo de produção asiático” (Pinsky, 1992, p. 13-14).

Na Grécia e em Roma, o regime de escravidão era contínuo. A sociedade estava baseada na escravidão, tanto que Aristóteles chegou a defender que algumas pessoas nascem para ser escravas de outras. Nestas sociedades, o escravo era propriedade de seu senhor, podendo ser vendido livremente. A economia, neste caso, dependia do trabalho escravo. Os historiadores convencionaram chamar esta modalidade de escravidão de “modo de produção escravista”.

Outras sociedades conheceram a escravidão ao lado do trabalho livre, de modo que não podem ser denominadas sociedades escravistas.

Podemos, neste momento, fazer mais uma diferenciação: diferenciar escravismo de escravagismo. “Estados escravistas são aqueles em que o escravo é a principal fonte de trabalho produtivo”. Já Estados escravagistas “são Estados que efetuam um próspero comércio de escravos, vendidos a mercados longíquos [sic!], mas que internamente o modo de produção dominante não é escravista” (Peregalli, 1988, p.19).

### **A escravidão na Modernidade**

Com as viagens pela costa africana, Portugal entrou em contato com povos negros. Estes contatos visavam adquirir riquezas para serem comercializadas na Europa. Em 1441, Antão Gonçalves enviou alguns escravos para Portugal a título de presente para D. Henrique. Neste período, a população de Portugal estava reduzida por vários motivos, dentre os quais a guerra pela independência política, pestes que afligiam o continente europeu e as próprias viagens marítimas. Desde o início da empreitada colonial, Portugal buscava riquezas na África, mas o negro era ape-

nas uma destas riquezas, e não o objetivo principal das incursões marítimas. Apenas em 1444 alguns navios viajaram com o objetivo único de capturar escravos africanos para os levarem cativos a Portugal (Pinsky, 1992, p. 13-14).

A população de escravos em Portugal foi aumentando consideravelmente no final do século XV. Como a captura de negros para a escravização tornava-se cada vez mais atrativa, foram construídos fortes para abrigar locais de troca de produtos europeus por negros escravizados. Os comerciantes visualizavam o comércio não só para Portugal, mas para outras nações também. A Itália e a Espanha foram as primeiras nações a receber escravos oriundos deste comércio (Pinsky, 1992, p. 15-16).

Na África, havia um sistema de escravidão chamado “escravidão patriarcal”. Neste sistema, quando um membro de um clã era assassinado, o assassino era escravizado para suprir os mantimentos do clã. A escravidão, neste sistema, não era co-extensiva aos descendentes, havendo a possibilidade de incorporação ao clã após algum tempo, seja do escravo, seja de seus descendentes. O escravo tinha direitos fundamentais, como direito à alimentação e a roupas. Além desse, os povos africanos conheciam um outro tipo de escravidão, que é denominada de escravidão comercial. Neste tipo de escravidão, muito comum a sistemas escravagistas, o escravo era uma mercadoria, podendo ser medido e quantificado (Peregalli, 1988, p. 18-21).

No Brasil, a escravidão constituía um sistema. Era impossível sair de dentro dele. O escravo era uma peça na

engrenagem colonialista e capitalista. O escravo no Brasil era visivelmente escravo, não havendo a possibilidade de integração. Antes de fixar nossa atenção na escravidão negra no Brasil, precisamos analisar a escravidão indígena, efetuada logo após o “descobrimento” e que persistiu por séculos ao lado da escravidão negra.

### **A escravidão indígena no Brasil**

A primeira vítima da escravidão no Brasil foi o indígena. O indígena era visto como um empecilho para a colonização, tendo que ser eliminado ou reduzido ao sistema mediante a escravidão (Hoornaert, 1979, p. 253). Inicialmente, os portugueses utilizavam o indígena para a obtenção de produtos tropicais. Em troca, recompensavam-no com pequenos presentes, mediante escambo. Com o decorrer do tempo, estes presentes perderam o encanto da novidade. Então os portugueses passaram a escravizar o indígena de forma declarada (Pinsky, 1992, p. 17).

A igreja apoiava a empreitada portuguesa. O papa havia outorgado ao rei de Portugal o direito do padroado. A partir desse direito, o rei poderia nomear bispos, párocos e permitir ou impedir missionários de entrar no Brasil. Em troca, ficava responsável por ampliar e implantar a igreja de Cristo nos territórios descobertos (Hoornaert, 1982, p. 12).

Os portugueses se entendiam como propagadores do reino de Deus e do reino de Portugal. O rei português era o grão-mestre das ordens de Cristo,



de São Tiago da Espada e de São Bento. Estas ordens eram ordens guerreiras. Com isso, a justificativa para a dominação dos indígenas era, a um só tempo, militar e religiosa. Sob o pretexto de expandir a fé cristã, a colonização era permitida e até mesmo incentivada. Hoornaert identifica três características no discurso missionário:

- a) Era um discurso universalista, que não conhecia fronteiras. A alteridade dos povos “descobertos” não era reconhecida. Estes povos eram vistos como periféricos e suas religiões eram consideradas como deturpação da verdadeira fé;
- b) Era um discurso doutrinário, no qual o que importava era a transmissão do conteúdo correto, não sua vivência ou mesmo compreensão;
- c) Era um discurso guerreiro. Os portugueses se autoconcebiam como seguidores de Tomé, o apóstolo das Índias. Para eles, o acontecimento mais importante da história, depois da criação do mundo e da encarnação e morte de Jesus Cristo, era o “descobrimento” das Índias. Os missionários não questionaram esta autocompreensão nem a legitimidade da ação colonialista. O máximo que fizeram foi tentar “amenizar” os abusos cometidos dentro do sistema (Hoornaert, 1979, p. 24-27).

A escravização do indígena, no entanto, desde cedo teria ferrenhos opositores, como Las Casas, no Caribe, e padre Antônio Vieira, no Brasil. Ambos propuseram a substituição da escravidão indígena pela escravidão negra (Dreher, 1999, p. 43-50, 81-85). Aliados a esta

oposição, fatores de ordem prática foram como decisivos em favor do fim ou da minimização da escravidão indígena. As rebeliões e a resistência dos índios a aceitar o trabalho compulsório (Fausto, 2002, p. 23), bem como a diminuição da mão-de-obra disponível devido às mortes e/ou fugas para o interior do território brasileiro, tornavam difícil o aprisionamento de indígenas para o trabalho escravo (Pinsky, 1992, p. 19).

Porém, o elemento econômico teve maior influência (Fausto, 2002, p. 22). O tráfico de escravos constituía fonte segura de riquezas, não só para os comerciantes, como para a própria Coroa. Na escravidão indígena, muitas vezes, a Coroa deixava de receber até o imposto, que lhe era sonogado. Já “o comércio ultramarino trazia excelentes dividendos tanto ao governo quanto aos comerciantes” (Pinsky, 1992, p. 19). No comércio realizado entre África, América e Europa, os comerciantes lucravam em torno de 300% a 600% (Dreher, 1999, p. 82).

### **A escravidão negra no Brasil**

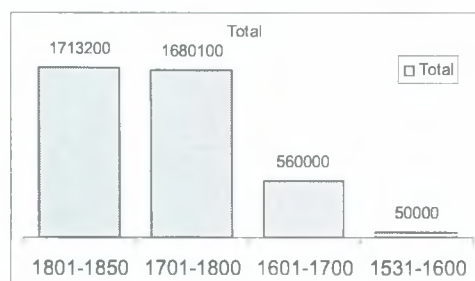
Os negros foram trazidos ao Brasil de diversos lugares da África. Os senhores de escravos tinham a preferência de que fossem de locais diferentes para evitar qualquer possibilidade de organização entre os escravos (Pinsky, 1992, p. 24-25). A justificativa para a escravidão negra era a evangelização dos pagãos. Por isso, os escravos eram batizados ainda em solo africano, ao mesmo tempo em que eram marcados a ferro quente (Peregalli, 1988, p. 21).

Ainda em território africano,

após capturados, os negros eram reunidos em feitorias, junto aos portos. Nestas feitorias, eles aguardavam a chegada dos navios que os transportariam até o Brasil. Tinham um tratamento razoavelmente melhor que em outras etapas da captura e transporte, por dois motivos: para que se obtivesse o maior valor possível pelo escravo e para evitar revoltas durante a estada na feitoria.

Aproximadamente 8.330.000 negros foram capturados na África, dos quais apenas 4.000.000 chegaram ao Brasil. O restante morreu durante a captura, no cativeiro em solo africano ou durante a viagem em direção ao Brasil. Desses 4.000.000 de escravos que aportaram em território brasileiro, apenas cerca de 2.000.000 sobreviveram aos quatro primeiros anos de escravidão no Brasil (Pinsky, 1992, p. 28).

### Gráfico: Número de escravos negros que aportaram no Brasil durante a escravidão



Fonte: IBGE, Estatísticas históricas do Brasil, 1987

Chegando ao Brasil, os escravos negros trabalharam em todas as profissões possíveis. Isso por-

que o trabalho era considerado tarefa de escravos. A razão da existência do escravo era o trabalho, que chegava a ser de 15 a 18 horas diárias. Sua alimentação era precária e muitas vezes morriam de desnutrição (Pinsky, 1992, p. 35-36; Peregalli, 1988, p. 57-58).

Nos engenhos de cana-de-açúcar, muitos escravos sofriam mutilações e queimaduras no processo de produção do açúcar, mas também no trabalho em lavouras de cana-de-açúcar, lavouras de algodão ou na mineração e nas fazendas de charque, a saúde dos escravos estava em perigo. As fazendas de charque do Rio Grande do Sul eram as mais nocivas, pois o escravo ficava o tempo todo sobre as vísceras e o sangue dos animais, ao mesmo tempo em que moscas o sobrevoavam e o sal queimava sua pele (Pinsky, 1992, p. 59-60).

Os escravos negros estavam sujeitos a várias formas de castigo e humilhações durante o período de escravidão. A máscara de flandres era utilizada nas regiões mineradoras para impedir os negros de engolir pedras preciosas ou pepitas de ouro e também para humilhar alguém. Consistia em uma máscara de metal flexível que cobria todo o rosto, com exceção dos olhos e orifícios do nariz (Peregalli, 1988, p. 48-49).

Açoitar os escravos negros era um castigo comum, tanto que se cunhou a fórmula de que o negro precisava de “três pés: pão, pano e pau”. Tratava-se de um castigo para desmoralizar o negro, a fim de mantê-lo em seu lugar. O próprio proprietário era

quem, muitas vezes, impingia este castigo. Em muitos lugares, tratava-se de um acontecimento público, ajuntando-se uma multidão considerável para assistir ao açoite no pelourinho. Esta tortura era regulamentada por lei, de modo que no pelourinho eram torturados vários escravos, que eram trazidos acorrentados e em fila. Era açoitado um escravo por vez. Os espectadores posicionavam-se ou às costas do escravo, para poderem ver os estragos causados pelo carrasco, ou à frente, para verem as expressões de dor no rosto do negro torturado (Peregalli, 1988, p. 49-50).

Quando o senhor do escravo não queria ver os açoites, enviava o escravo para o calabouço. Neste lugar, o escravo levava 100 açoites como castigo, além de permanecer preso nesta modalidade de cadeia. Qualquer coisa era motivo para enviar o escravo ao calabouço. Bastava desobedecer ao senhor, e em muitos casos, até mesmo a arbitrariedade dos senhores era suficiente para que o escravo fosse enviado para o calabouço, a fim de ser castigado.

É importante lembrar que o calabouço não era uma prisão no sentido de local de recolhimento de homens julgados e condenados. Bastava a vontade do dono para enviar um escravo ao calabouço e mantê-lo o tempo que julgasse necessário. (Peregalli, 1988, p. 51).

Além dessas formas de castigo e humilhações, o senhor dispunha de outro dispositivo para penalizar escravos que cometiam algum tipo de crime. Era a pena de morte, mediante enforcamento. Os escravos não tinham o direito de ape-

lar ao imperador, pois este mesmo havia afirmado que os escravos não eram dignos de sua clemência real. Após 1850, quando o tráfico de escravos foi proibido, os escravos negros tornaram-se mercadoria valiosa, de modo que a pena de morte foi transformada em prisão perpétua com trabalhos forçados (Peregalli, 1988, p. 51-52).

### **Resistência cultural negra**

Os negros trazidos ao Brasil provinham de vários locais da África. Os grupos mais importantes eram de origem bantu e ioruba. O grupo cultural bantu não é um povo, mas um conjunto de povos, autodefinidos a partir das semelhanças lingüísticas. Os bantu têm uma idéia de Deus como sendo um Deus distante e escondido, um princípio de vida. Seu nome é Olorum. O culto bantu é feito não a Olorum, mas aos ancestrais, para evitar que seus espíritos incomodem os vivos. A cosmovisão bantu define o universo como composto de três camadas: a superior é o local de habitação dos espíritos perfeitos. Na camada inferior, está o mundo dos mortos. Nós nos encontramos no centro, os vivos, sofrendo influências de ambas as camadas anteriores. Tudo o que é bom provém da camada superior, já o que é ruim provém da camada inferior (Hoornaert, 1990, p. 84-85).

O povo ioruba também crê em Olorum. Para este povo, Olorum dá o “axé”, a força vital. Diferentemente do povo bantu, os ioruba crêem que alguns antepassados ganharam a capacidade de intervir em favor de seus descendentes. Na religiosidade ioruba, não há o concei-

to de diabo nem de pecado ou medo de Deus. Deus quer o bem dos seres humanos, colaborando para a superação das ambigüidades em que eles estão imersos (Hoornaert, 1990, p. 85-86).

O povo bantu e o povo ioruba utilizaram-se das figuras dos santos católicos para manter seus cultos. As festas africanas foram identificadas com as festas cristãs (Hoornaert, 1990, p. 82; Dreher, 1999, p. 86). Também a figura de Jesus Cristo foi ressignificada por parte dos escravos negros no Brasil. Para os bantu, por exemplo, a comunidade é a intermediária entre a divindade e o ser humano.

A comunidade é não só a realidade antropológica mais antiga, mas também o conceito fundante para a compreensão da origem e do destino do mundo e dos homens. Na origem de tudo está a comunidade, simbolizada na família, por vontade divina. Assim como no fim de tudo está também a comunidade. (Silva, 1998, p. 50)

Desta forma, o povo bantu identifica Jesus Cristo com a comunidade. Esta compreensão de Cristo inverte a visão de um Cristo domesticador do escravo, que era apresentada pelos brancos e pela igreja. Também os ioruba entenderam Jesus Cristo de forma ressignificada: ele era visto como o Orixá, aquele que faz a ponte entre a comunidade e Olorum (Silva, 1998, p. 51-54).

### **Outros tipos de resistência**

Os escravos negros tiveram outras formas de resistência. A idéia do senso comum de que os negros aceita-

vam passivamente a condição servil, enquanto que os indígenas tinham um espírito livre, é de todo falsa. Houve, por parte dos escravos negros, fugas individuais e coletivas, agressões a senhores, etc. (Fausto, 2002, p. 25). As fugas sempre existiram, mas próximo ao fim da escravidão tornaram-se mais frequentes. Alguns escravos fugiam e eram recapturados, outros conseguiam manter a liberdade, associando-se a quilombos. Além do Quilombo de Palmares, houve quilombos em várias regiões do Brasil. O Quilombo Quariterê, constituído na região de Cuiabá, era governado por uma mulher, a rainha Tereza. Também o assassinato dos senhores e feitos era muito comum durante todo o período colonial, bem como os suicídios (Pinsky, 1992, p. 55-57; 59-62).

Os quilombos eram locais onde os escravos podiam depositar suas esperanças de libertação. Os quilombos produziam diversos produtos agrícolas, bem como dispunham de técnicas de metalurgia e de outras atividades artesanais. Mas não produziam tudo o que precisavam, de modo que guerrilhas eram utilizadas para saquear o que mais era necessário (Moura, 1981, p. 87-88).

O Quilombo de Palmares é o quilombo mais conhecido da história do Brasil. Isso devido ao fato de ser um quilombo muito organizado e poderoso, de modo que sua destruição por parte das autoridades portuguesas foi muito difícil. Palmares começou a ser formado durante a conquista de Pernambuco pelos holandeses. Os portugueses estavam vulneráveis, pois sua luta era contra os holandeses, os índios e os escravos



(Freitas, 1973, p. 51-53). Enquanto os índios entraram na guerra ao lado dos holandeses, os negros optaram por não lutar de lado algum. Nesta ocasião, surgiu a oportunidade da fuga.

Como regra, simplesmente se aproveitaram da escassa vigilância exercida pelos amos ocupados com a guerra ou a própria sobrevivência para fugir em direção ao reduto livre que sabiam existir nas serras do sul pernambucano. Munidos de armas de fogo, de chuchos, de facões e de lanças, formavam depois extensas colunas que levavam de roldão os que pretendiam barrar-lhes o passo. [...] Uma vez chegados ao Palmares, os escravos se armavam e retornavam ao litoral em expedições vingadoras. (Freitas, 1973, p. 55).

Palmares resistiria por 65 anos, até que foi conquistado em 1695. A organização de Palmares era uma república (Moura, 1981, p. 185). Havia muitas comunidades nesta imensa república, cuja comunicação era reduzida devido à dificuldade de acesso. Havia um poder central, que congregava as comunidades integrantes do quilombo, dando uma unidade político-administrativa.

O poder central se exercia sobre as diferentes povoações através de uma estrutura administrativa, judicial e militar. Os funcionários administrativos tinham por principal incumbência a arrecadação dos tributos, que em uma economia seminatural como a de Palmares só podiam ser em espécie. Os funcionários judicantes, ou

como diz um documento, os “ministros de justiça para as execuções necessárias”, encarregavam-se da aplicação da legislação civil e criminal. (Freitas, 1973, p. 99).

Possivelmente o Quilombo de Palmares possuía uma organização baseada nas assembleias comunitárias. “Uma assembleia dos chefes comunitários elegia o cabeça do governo central, denominado Grande Senhor ou Grande Chefe” (Freitas, 1973, p. 100). O grande chefe tinha as prerrogativas de um rei. No entanto, como dito acima, Palmares era uma república e não uma monarquia, pois tinha igualdade civil e os governantes eram eleitos. “Era uma república peculiar a que não se poderiam aplicar conceitos históricos ou políticos de inspiração européia. Indubitavelmente, era uma república igualitária, fraternal e livre” (Freitas, 1973, p. 102).

A resistência negra, no entanto, não conseguiria acabar com o sistema escravista brasileiro. A escravidão persistiria até o século XIX, quando foi assinada a Lei Áurea. O fim da escravidão foi adiado ao máximo. Já em 1827, a Inglaterra conseguiu que o Brasil assinasse um tratado no qual se dispunha a terminar com o tráfico negreiro. No entanto, esta lei ficou apenas no papel. Apenas em 1850 seria proibido o tráfico negreiro. Em 1871, foi promulgada a Lei do Ventre Livre, que declarava livres filhos de escravas nascidos desde a data da Lei (Fausto, 2002, p. 121). No entanto, esta lei não garantia nenhuma liberdade aos filhos dos escravos, pois ficavam sob a tutela dos seus senhores até os 8 anos de idade. Após esta data, pode-

riam permanecer como escravos até os 21 anos, quando a lei garantia a libertação. Caso o Estado pagasse a indenização pela libertação do escravo, o escravo tornava-se, na verdade, um escravo “público”:

O Governo poderá entregar a associações por elle autorizadas os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelas senhoras dellas, ou tiradas do poder destes em virtude do art. 1º § 6º.

§ 1º - As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 annos completos e poderão alugar esses serviços. (Brasil, Lei do Ventre Livre, Art. 2º).

O mesmo vale para a Lei dos Sexagenários: as pessoas com mais de 60 anos deveriam trabalhar mais três anos para pagar a indenização pela sua libertação (Brasil, Lei dos Sexagenários, Art. 3º, § 10). Além disso, não era permitido ao ex-escravo mudar de cidade num prazo de cinco anos da data de libertação, ao mesmo tempo em que não podia mudar de Província, sob pena de ser preso.

Após a aprovação da Lei Áurea, os ex-escravos tiveram destino muito diverso. No Nordeste, eles permaneceram dependentes dos grandes proprietários. Na região de São Paulo e Rio de Janeiro, tornaram-se pequenos sitiantes ou migraram para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, os imigrantes europeus tomaram os postos de trabalho regulares, relegando os ex-escravos a trabalhos irregulares e inferiores (Fausto, 2002, p. 124).

## Bibliografia

ACOSTA LEYVA, Pedro. Bíblia e pan-africanismo: uma relação de contribuição. In. SCHINELO, Edmilson (Org). *Bíblia e negritude*. São Leopoldo: CEBI; 2005.

BRASIL, Estado de Santa Catarina, Secretaria de Educação. *As leis da abolição*. Florianópolis, A Secretaria, 1987.

DREHER, Martin N. *A igreja latino-americana no contexto mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial SP, 2002.

FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973.

HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil* primeira época. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. *A Igreja no Brasil-Colônia: 1550-1880*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. *O cristianismo moreno no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.

MOURA, Clovis. *Rebeliões da senzala*. 3.ed. São Paulo: LECH, 1981.

PEREGALLI, Enrique. *Escravidão no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Global, 1988.

PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. 11.ed. São Paulo: Contexto. 1992.

SILVA, Antônio A. da. Jesus Cristo luz e libertador do povo afro-americano”. In: id. (Org.). *Existe um pensar teológico negro?* São Paulo: Paulinas, 1998.

## Nota

Acadêmicos de Teologia na Escola Superior de Teologia e integrantes do Grupo Identidade.

## Introdução

O Brasil possui uma história que não vem sendo contada nos bancos escolares nem sendo trabalhada pelos cursos que formam professores para atuarem neste campo. Nesse sentido, o presente artigo traz alguns elementos fundamentais para o entendimento dessa história não-contada, cujo conhecimento é de fundamental importância para que os brasileiros possam exercer plenamente sua cidadania.

Ele tem como propósito divulgar alguns dados sobre **João Cândido**, um marinheiro negro que liderou a Revolta da Chibata, episódio cujo conhecimento permite uma tomada de consciência política do momento histórico de sua ocorrência e dos desdobramentos do mesmo até os dias de hoje para a sociedade como um todo e, em especial, para a comunidade afro-brasileira. João Cândido foi um negro de origem gaúcha que deixou muito cedo as terras dos pampas para trabalhar na Marinha Brasileira e lá travou batalhas em prol do respeito aos direitos humanos e da valorização da pessoa humana, independentemente de sua origem étnico-racial e posição social.

O conhecimento de personagens negros que possam servir de referências, especialmente para a comunidade afro-brasileira, é necessário, na medida em que crianças e jovens precisam identificar-se com vultos que deram uma contribuição significativa à história do Brasil, até porque somente agora tais vultos começam a sair da invisibilidade, a ser

conhecidos e valorizados como protagonistas de profundas alterações no *status quo* da sociedade brasileira.

É importante para os educadores conhecer João Cândido, como outros personagens negros, e dar ao tema o tratamento pedagógico necessário para atender ao disposto nos artigos 26-A e 79-B, introduzidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pela Lei Federal 10.639, que trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica.

## 1. Alguns dados biográficos

No dia 24 de junho de 1880 nascia João Cândido Felisberto, filho de escravos: do senhor João Cândido Velho e de dona Ignácia Cândido Velho. Segundo depoimento prestado pelo próprio João Cândido ao almirante João Adolfo dos Santos, em 29 de novembro de 1912, nasceu em Vila Encruzilhada, em Rio Pardo/RS. Mesmo com a liberdade concedida, os pais de João Cândido permaneceram sob a tutela do seu senhor.

Durante a infância era um menino que sempre acompanhava o pai no seu trabalho como tropeiro e nas andanças com os animais. Uma de suas maiores aventuras era embarcar em pequenos navios os animais que eram transportados entre Rio Pardo e Porto Alegre. Devido a suas travessuras, o menino foi mandado para a marinha como um castigo por ter agredido o filho do fazendeiro.

Aos 13 anos João Cândido teve contato pela primeira vez, em Porto Alegre

com um navio da Marinha Brasileira, chamado Ondina, por meio do almirante Alexandrino de Alencar. Uma passagem do livro da professora Maria Luci contanos: “futuro marinheiro chega ao cais na companhia do oficial, o que provoca grande curiosidade aos marujos que estavam a bordo; jamais um negro tivera regalia” (Ferreira, 2002, p. 64).

No ano de 1894, aos 14 anos, ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiro no Rio Grande do Sul, com a recomendação do almirante Alexandrino de Alencar, como aprendiz de marinheiro. Logo prosperou e, no ano seguinte, foi mandado para o Rio de Janeiro e, efetivamente, entrou na Marinha na tripulação do cruzador Andrada. Desde o princípio se destacou por seu espírito de liderança frente a seus colegas.

Nessa época as Forças Armadas aceitavam menores, e a Marinha, particularmente, recrutava seus marinheiros em muitos casos na própria polícia. Os jovens mais humildes e negros eram recrutados à força, de forma arbitrária, e não tinham como se defender de tal ato violento. Isentavam-se de tal episódio aqueles que possuíam algum tipo de fortuna e compravam sua isenção do serviço militar. Cabe destacar que, no caso de João Cândido, ele foi recomendado por seu protetor, o almirante Alencar.

João Cândido, sempre muito empenhado na sua profissão, conseguiu o posto de instrutor dos aprendizes de marinheiros no encouraçado Riachuelo durante cinco anos.

Após, rumou para Belém do Pará e Manaus. Entre esses últimos e Riachuelo, João Cândido contraiu uma tubercu-

lose pulmonar, ficando 90 dias no Hospital da Marinha no Rio de Janeiro.

Passado o ocorrido, continuou sua trajetória, fazendo muitas viagens a diversos países, e, numa delas destacou alguns países da Europa em que teve a oportunidade de observar a diferença de tratamento dado aos marinheiros. Essas viagens favoreceram a João Cândido e seus companheiros o aprimoramento de seus conhecimentos e fizeram despertar no marinheiro o sentimento de igualdade de tratamento no interior dos navios, bem como a luta contra a chibata, instrumento com que os marinheiros costumavam ser castigados.

No *Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro*, a autora Rosa Margarida, com base na obra de Fernando Granato, caracteriza a figura de João Cândido e suas contribuições para o país, mencionando os avanços obtidos a partir das experiências nas viagens: “Cresceu, então, a politização dos marinheiros brasileiros e, liderados por João Cândido, iniciaram reuniões para discutir a situação nessa armada, que culminou com a Revolta da Chibata, em 22 de novembro de 1910, exigindo melhores soldos e condições de trabalho, assim como a abolição da chibata (castigo físico empregado na marinha)” (Rocha, 2003, p. 37).

Em conseqüência de sua luta por melhores condições de trabalho e respeito à dignidade e aos direitos humanos, sofreu a perseguição política. Sua vida foi abalada, sendo preso e, posteriormente, internado no Hospital dos Alienados, resultando no seu afastamento da Marinha.

Com os anos passados e sofridos



---

pelas vicissitudes da vida, João Cândido ficou com sua saúde abalada e a fama de rebelde e subversivo, não conseguindo emprego. Conseguiu apenas uma pensão do governo gaúcho por um determinado período e acabou sua vida sem dinheiro e esquecido na periferia do Rio, num casebre com esgoto a céu aberto.

No dia 6 de dezembro de 1969 morreu, por complicações causadas por câncer no intestino, aos 89 anos no Rio de Janeiro, deixando um legado ao Brasil: a extinção do uso da chibata na Marinha brasileira.

Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal o Projeto de Lei nº 45 de 2001, de autoria da ex-senadora Marina Silva (PT-AC), que propõe a anistia *post-mortem* do ilustre personagem da nossa história.

## 2. A revolta da chibata

Na Marinha do Brasil, os castigos corporais foram mantidos após a proclamação da República e só foram abolidos um ano depois, com o decreto nº 3. Porém, o decreto 238 restabeleceu os castigos, que, segundo Ferreira (2002, p. 69), tinham a duração de “3 dias de solitária a pão e água, para as faltas leves, até 25 chibatadas, para as faltas consideradas graves”.

Cabe destacar que, em muitos casos, esses castigos eram aumentados e juntavam-se aos baixos salários e à discriminação sofrida pelos marinheiros, em sua maioria negros.

É nesse clima de tensão que, no “dia 22 de novembro de 1910, o marinheiro negro **Marcelino** recebeu 250 chibatadas na frente de toda a tripulação no

navio Minas Gerais. Foi a gota d’água para a eclosão de um movimento que já vinha sendo articulado pelos marinheiros, que, liderados por **João Cândido**, se rebelaram” (Oliveira, 2001, p. 42).

Dessa forma, João Cândido e seus seguidores tomaram os navios Minas Gerais, São Paulo, Deodoro e Bahia. Os marinheiros reivindicavam melhoria na alimentação, anistia aos rebeldes e fim dos maus-tratos. Caso suas reivindicações não fossem atendidas, ameaçavam bombardear as cidades com o potentíssimo fogo dos encouraçados recém-trazidos da Inglaterra.

Seria realmente surpreendente acreditar que, mesmo passados 22 anos da abolição da escravatura, os castigos corporais ainda persistissem, em relação aos homens negros.

Diante de pressão sofrida, o presidente na época, Hermes da Fonseca, cedeu, abolindo os castigos físicos e anistiando os revoltosos. Com o acordo do dia 26 de novembro, os rebeldes entregaram as armas e devolveram os navios.

Dois dias se passaram, e tudo ficou novamente tenso. O presidente baixou, então, um decreto expulsando inúmeros integrantes da Marinha por atos de indisciplina, por terem participado do que ficou conhecido como a “Revolta da Chibata”. No dia 4 de dezembro, 22 marinheiros foram presos.

Cinco dias depois, o governo decretou estado de sítio: expulsou muitos da Marinha, prendeu outros tantos, “dezesseis revoltosos morreram por sede, calor e sufocamento nas celas subterrâneas da Ilha das Cobras e nove foram fuzilados durante a viagem que

conduzia 105 deles desterrados para a Amazônia” (Oliveira, 2001, p. 43).

Contudo, João Cândido sobreviveu, depois de ter vivido 18 meses numa prisão subterrânea, e foi internado no Hospital do Alienados. E, em novembro de 1912, todos foram absolvidos.

Foram apenas cinco dias de rebelião, que abalaram a República Velha, desafiando o poder das elites e dos oficiais da Marinha. João Cândido e os marinheiros negros inscreveram seus nomes definitivamente na história: não só por sua luta particular, mas também pela luta do negro no Brasil em prol do direito de ser cidadão em sua plenitude.

### **3. Valor educativo do personagem**

João Cândido está citado explicitamente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como um negro brasileiro que se destacou nas lutas sociais deste país, em favor do respeito à pessoa, independentemente de seu pertencimento racial, na luta por direitos políticos e sociais. É um protagonista da história recente, juntamente com seus companheiros, e fazer a releitura da Revolta da Chibata considerando o grupo liderado por João Cândido é, com certeza, necessário para o entendimento correto do que são o racismo, o preconceito e a discriminação num país que se afirma não-racista, mas que tem, em suas vivências quotidianas, práticas racistas.

Hoje, João Cândido é um herói que deve ser reverenciado por todos. Como outros personagens negros, ele personifica a luta pelos direitos huma-

nos, numa sociedade multirracial e pluriétnica em que ainda prevalecem pessoas discriminadoras (geralmente brancos) sobre outras tantas discriminadas (especialmente negros e índios).

Trazer à luz a vida de João Cândido, como tema de História e Cultura Afro-Brasileira, exige que a escola se preocupe em contextualizar sua trajetória, buscando caracterizar, por exemplo, como era o Brasil à época de seu nascimento, o que significava ficar com os senhores após a abolição da escravatura (situação vivida por seus pais), como foram sua infância e juventude, em que condições o negro tinha acesso à Marinha, que funções lhe eram reservadas, como se davam as relações interpessoais no trabalho.

É fundamental para o desenvolvimento da personalidade que crianças e adolescentes afro-brasileiros tenham referenciais positivos de outros iguais a si quanto à origem étnico-racial, ou seja, que possam ver-se em outros negros que tenham tido ou tenham significação para a vida social e pessoal, pois, de acordo com Berman (1975, p. 29), “a maneira como as pessoas percebem, o que percebem e por que percebem de tal ou qual maneira são fatores que devem receber cuidadosa atenção, a fim de que a escola ajude no desenvolvimento de pessoas que vejam o mundo com toda a sua riqueza, variedade e encanto, e que sejam capazes de perceber com um mínimo de distorção”.

O conhecimento deste personagem histórico, como de tantos outros, permite ao aluno dar novos significados à sua história de vida e à história gaúcha

e brasileira, ao mesmo tempo em que contribui para desconstruir a ideologia do racismo, manifestado através de comportamentos extremados, de preconceitos sentidos e de discriminações manifestadas de que, muitas vezes, ainda, nós negros somos vítimas. Essa desconstrução, necessária para que se criem as condições para a promoção da igualdade racial, acontece quando:

– trazemos para o plano do debate real a questão das relações interpessoais, quando essas relações ocorrem entre pessoas de diferentes origens étnico-raciais, favorecendo o diálogo entre diferentes interlocutores;

– tornamos visível a presença de negros e indígenas em territórios tidos como de domínio exclusivamente branco, onde os marginalizados costumam aparecer em condições de subalternidade, e buscamos criar espaços de inclusão;

– somos capazes de divulgar para o mundo a existência de negros e negras que se tornaram referências positivas não só para os afro-brasileiros, mas para todos os brasileiros, favorecendo, com isso, a superação da ignorância de que os negros não têm história nem participaram da construção da história do Brasil;

– pelo conhecimento da história e da cultura afro-brasileira, ampliamos nossas possibilidades de criar e reformular valores que nos conduzem a uma nova visão de mundo, onde há lugar para todos os homens.

Por fim, podemos afirmar que o estudo e a divulgação da vida de João Cândido tornam visíveis atitudes, posturas e valores de um cidadão afro-brasileiro que acreditou nos seus ideais e lutou por um

mundo melhor e solidário, de respeito aos direitos da pessoa humana.

## Referências

BERMAN, Louise M. **Novas Prioridades para o Currículo**. Porto Alegre: Globo, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação. SEPP/IR. INEP **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

FERREIRA, Maria Luci Corrêa. **Tributo a João Cândido: o Rei do Farol da Liberdade**. Encruzilhada do Sul, RS: Evangraf, 2002.

OLIVEIRA, Nelson Silva de. **Guia de Direitos do Brasileiro Afro-Descendente: Vultos Negros na História do Brasil**. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro: uma Proposta de Intervenção Pedagógica na Superação do Racismo no Cotidiano Escolar**. Minas Gerais: Nzinga, 2003.

## Notas

1 Graduada em Educação Especial (UFSM), Especialista em Gestão Educacional (UFSM), mestre em Educação (UFRGS), doutoranda em Educação (UFRGS). E-mail: dir-cenara@yahoo.com.br

2 Graduada em Ciências Sociais (UFRGS), especialista em Planejamento da Educação (UFRGS), membro do Coletivo Estadual de Educadores Negros APNs/RS. E-mail: vneusa@globo.com

3 Os nomes em negrito estão conforme consta na obra de origem.

## INTRODUCCIÓN

Hay varias formas de abordar la historia cuando tratamos el tema de la negritud: 1) una con pretensiones de objetividad y neutralidad, olvidando el factor ideológico que subyace en toda narración histórica; 2) y la otra desde la indignación que producen la exclusión, el olvido y la invisibilidad provocada por más de 200 años. En este escrito hemos decidido optar por el segundo enfoque. Es decir, la historia de la negritud en Venezuela la abordamos con ojos y corazón de negros y negras que comienzan a levantar su voz en defensa de su dignidad, hacer escuchar su voz, y hacer visible la resistencia y la lucha que por siglos hemos tenido en América. Queremos entonces partir de la historia registrada en las crónicas orales guardadas en la memoria de nuestras comunidades.

## DIÁSPORA VENEZOLANA

La sociedad occidental estableció en América el mayor imperio de trabajo forzoso esclavista y promovió el éxodo forzado que produjo la diáspora africana. Este drama fue lo que hizo posible la llegada de familias y comunidades negras a tierras venezolanas. Desde el siglo XVI y durante cuatro siglos más, millones de africanos de distintas etnias y pueblos, con algunas diferencias culturales, fueron traídos a

América. La llegada aconteció por diferentes vías y distintas razones: 1) a través del tráfico negrero; 2) esclavos que venían fugados de Curazao, que al llegar a tierra firme venezolana quedaban en libertad de las Colonias inglesas y holandesas; 3) por el otorgamiento de licencias, por parte de la Corona, a personas y compañías para transportar esclavos; 4) por las “malas entradas”, el contrabando de esclavos africanos.

Para los empresarios de la trata de negros la lógica del mercado occidental justificó la utilización de los esclavos para faenas domésticas, para producir mercaderías comerciales como braceros para los ingenios, las plantaciones de cacao, de algodón y caña de azúcar. Los sistemas mercantilistas como la Licencia a particulares, los Asientos y luego las grandes compañías fueron creando las condiciones y diseñando el tipo de actividad comercial y productiva a las cuales se dedicaría el esclavo, suministrando incluso los instrumentos de trabajo.

Reconocemos que con la llegada de las familias y comunidades negras a Venezuela, también llegó una conciencia colectiva de la negritud. Estas comunidades en su trayectoria a lo largo de la historia han constituido mundos en los cuales se han refugiado, defendido, resistido y luchado. No se trata de mundos paralelos o submun-



---

dos como en ocasiones se quiere señalar. Estas comunidades construyen y reflejan una realidad social que distingue a un pueblo afrodescendiente visible en espacios geográficos bien delimitados. Son comunidades que asumiendo su conciencia negra han recreado, creado símbolos, cosmovisiones, formas de alimentarse, formas de resistir al sufrimiento, de celebrar la vida, han creado lenguajes verbales y gestuales. Han creado una cultura. Es la cultura del mundo negro presente en la América y en Venezuela, evidenciando su identidad en los rasgos de los fenotipos del venezolano, en las expresiones musicales, en los mitos y leyendas populares y en una amplia simbología derivada de los procesos históricos.

## **DIALÉCTICA ENTRE LIBERTAD Y ESCLAVITUD**

La dialéctica entre la libertad de espíritu y la opresión de la esclavitud apunta a la necesidad de recuperar la espiritualidad de resistencia que desarrollaron las comunidades indígenas y negras en Venezuela. Esta espiritualidad se alimentaba de la cosmovisión sagrada del universo, la música de los tambores. La esperanza de que la situación de la esclavitud no sería permanente fortaleció el proyecto de libertad siempre presente en el pueblo negro. Esta fortaleza que da la espiritualidad era necesaria para las negras y los negros en sus cuatrocientos años de opresión esclavista. Ellos y ellas necesi-

taban de ánimo y fuerza para la lucha y la resistencia. Necesitaban además discernimiento de la realidad, firmeza en los propósitos para alcanzar el sueño emancipador. Ser fuerte de espíritu rompe con los mitos, con los prejuicios y la falsibilidad de la realidad, promueve el cambio y asume el riesgo que eso conlleva. Esta espiritualidad mueve a compasión y a misericordia, se conmueve ante el dolor y sufrimiento de sus hermanos y reacciona para resolver tal situación.

La fortaleza de espíritu orienta en la búsqueda de la libertad y de la justicia. Cuando no hay esta espiritualidad se promueve el conformismo y la resignación ante las causas de los males sociales como la esclavitud, la pobreza, el racismo, la discriminación y el machismo. La debilidad de espíritu hace que las víctimas se adapten con facilidad a la opresión, siembra miedos y evita la confrontación. Adaptarse a un sistema injusto pasivamente es una forma de cooperación. La espiritualidad de la resistencia da lugar para la exigencia de justicia y paz, al juicio crítico y a la gracia. Es la espiritualidad que descubre la certeza de la presencia del Dios liberador dador de la vida y de su Espíritu en la comunidad. El Dios liberador se diferencia del demonio blanco de la muerte y de la esclavitud. El Dios liberador nunca dejó solos a las comunidades afrodescendientes venezolanas en sus agonías y combates, El es el Dios que sufre con el pueblo en su

---

realidad de pobreza y sufrimiento. Es el Dios que inspira a redescubrir la fe y a celebrar la promesa de la libertad en medio de la opresión y la injusticia.

## **LA NECESIDAD DE SER ORIGINALES Y RADICALES**

Estamos llamados a ser originales y radicales. Tenemos necesidad de encontrar los orígenes y las raíces de ese mundo negro venezolano constituido desde la conciencia colectiva de las comunidades negras. La originalidad no se busca, está allí con nosotros, en nuestra realidad. Para el negro la originalidad y la radicalidad plantean un desafío: hablar en nombre propio consciente de que nuestro mensaje es válido, y es una alternativa al rescate de la humanidad, masculina y femenina.

La originalidad obliga a participar a los varones y las mujeres afrovenezolanas en la historia como actores y como personas capaces de conducir y transformar la realidad que le ha negado su ser. Como personas y no como objetos, porque esa cosificación del negro fue el argumento para explotarlo como esclavo en tiempos de la colonia. Ya estamos en otro tiempo y otra es la historia. La historia del negro y la negra, en Venezuela y la América, no debe verse como extraña. Esa historia pertenece a todos y todas, es una realidad universal, en la medida que se le reconozca, se estará contribuyendo a una sociedad más auténtica.

## **EL EJEMPLO DE JOSÉ LEONARDO CHIRINO**

José Leonardo Chirino fue un negro falconiano que inició el proceso independentista en Venezuela, su nombre forma parte de la memoria histórica de la liberación en nuestro país. Líder y héroe de nuestra Venezuela que inspiró, y todavía inspira hoy, a quienes han asumido una espiritualidad emancipadora. Su movimiento de rebelión de negros y zambos desarrollada en la serranía de Coro en 1795 se mantiene como paradigma y modelo.

José Leonardo visitó al Santo Domingo francés (posteriormente llamado Haití). Allí escuchó hablar de la Revolución Francesa y los ideales de ésta (libertad, igualdad y fraternidad). Desde entonces, entre 1794 y 1795, comenzó a familiarizarse y a conocer la “ley de los franceses”, la rebelión de las comunidades negras haitianas. A finales de marzo de 1795, comienza a tramitar el alzamiento, en mayo se da el grito insurreccional en la Hacienda el Socorro, ubicada en la serranía del Estado Falcón. Esta insurrección además se alimentó del malestar y el descontento de los negros esclavos y los indios, malestar que crecía por diferentes causas: económicas (crecidos impuestos y la forma violenta de su cobro), sociales (trato inhumano, desigualdad social), políticas (aspiración de crear una República), ideológicas, entre otras. Existía entre los negros la información de que el Rey de España había acordado la

---

libertad de los esclavos, sin embargo la cédula que los libertaba había sido incumplida una vez llegada a Venezuela (1790) por miedo a crear rebelión entre los grupos pudientes.

José Leonardo fue hecho preso y llevado a Coro. Lo trasladaron a Caracas para seguirle juicio por la Real Audiencia, la cual lo condenó a muerte el 10 de diciembre de 1796. Murió en la horca y su cabeza fue cortada junto a sus manos para ser colocadas en astas en las entradas de Coro, como escarmiento para el pueblo.

## **EL EJEMPLO DE LA NEGRA HIPOLITA**

La negra Hipólita se asocia a la vida del Libertador Simón Bolívar, es decir a los nombres que condujeron y continuaron con el proceso independentista iniciado por José Leonardo Chirino. No es casual que la raza negra en Venezuela esté vinculada con ambos movimientos o iniciativas emancipadoras. La negra Hipólita nació en San Mateo, una población ubicada en el Estado Aragua, en el año 1763. Fue nodriza de Simón Bolívar. Cuando nació el Libertador, su madre por quebrantos de salud buscó una aya, Hipólita, esclava de la hacienda El Ingenio, en San Mateo. Era una negra fuerte, sana y llena de mucho vigor. Ella se encargaría de amamantar al Libertador.

Bolívar mostró siempre mucho afecto por la negra Hipólita, a quien

llegó a considerar como su madre. Le concedió la libertad a Hipólita y nunca se olvidó de su nodriza haciendo que no le faltara una pensión. Desde el Cuzco, el 10 de julio de 1825, Bolívar envió a su hermana María Antonia una carta que revela el sentimiento de gratitud que el Libertador guardó por esta negra: “Te mando una carta de mi madre Hipólita, para que le des todo lo que ella quiere; para que hagas por ella como si fuera tu madre, su leche ha alimentado mi vida...”

La negra Hipólita, de ser mujer de ébano, saludable como las de su raza, ofrecía un aditivo psicológico en la calidad de su carácter amable y conjuntivo. Todo el cariño lo dio a Simón, siendo un equivalente afectivo de la madre en función del sustituto. Tanto cariño profesó Hipólita a Simón que no se separó de él mientras vivió en Caracas. Aún más, en las terribles horas de la guerra (1814), escenificadas en la Hacienda de San Mateo, la negra participa en los enfrentamientos armados como auxiliar de Bolívar. Una huella imborrable dejó Hipólita en Bolívar.

### **Nota**

1 Romer Portillo, é afrovenezuelano. Pastor da Comunidade Evangélica Koinonia(pentecostal). Mestreem filosofia, professor em teologia e diretor do Programa Aberto de Capacitação Teológica(PACTO), com sede em Maracai-bo/Venezuela.

# Aconteceu...

Na Escola Superior de Teologia EST/IECLB:

➔ **IV Conference of International Black Lutherans - CIBL-US**

➔ **IV Conferência Internacional de Luteranos Negros - CIBL-USA**

Reuniu cerca de 45 teólogos de diferentes lugares: da África, do Brasil, dos Estados Unidos e de outras localidades internacionais.

**Tema da Conferência:** “O Imperativo Moral e Espiritual para uma Comunidade Mundial Holística: Ecumenismo: A Vocação do/da Teólogo/a na Casa Mundial”

## **Objetivo(s):**

1. Expandir a consciência global dos/das membros da ELCA através de aprendizagem e envolvimento com outros/as na vida da comunhão luterana e da família global ecumênica para que o nosso comportamento como pessoas de fé e como cidadãos e cidadãs globais possa melhor refletir a intenção graciosa de Deus para um mundo de justiça e paz.

2. Explorar e reavaliar algumas dimensões do ecumenismo atualmente praticado nesta igreja.

3. Afirmar a tese de que africanos e afro-americanos (genética e ontologicamente) são um povo global e ecumênico.

**Data da Conferência:** 12 a 17 de outubro de 2005 (com uma Conferência de seguimento em 2006)

**Local:** Escola Superior de Teologia (EST), São Leopoldo, RS, BRASIL

# Está acontecendo...

Após solicitação do Grupo Identidade, foi aprovada pela IECLB e Reitoria da EST a inclusão da disciplina Religião e Cultura Afro-Brasileira, opcional, no currículo do Curso de Graduação em Teologia. A disciplina está sendo oferecida a partir deste semestre, 2/2005.